

Bruxelas, XXX
[...] (2019) XXX draft

REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO

de XXX

que altera o Regulamento (UE) n.º 651/2014 que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado
PROJETO

(Texto relevante para efeitos do EEE)

REGULAMENTO (UE) .../... DA COMISSÃO

de **XXX**

que altera o Regulamento (UE) n.º 651/2014 que declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno, em aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado **PROJETO**

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) 2015/1588 do Conselho, de 13 de julho de 2015, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de auxílios estatais horizontais¹, nomeadamente o artigo 1.º, n.º 1, alínea a),

Após consulta do Comité Consultivo em matéria de auxílios concedidos pelos Estados,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (UE) n.º 651/2014 declara certas categorias de auxílio compatíveis com o mercado interno.
- (2) As empresas que participam nos projetos de cooperação territorial europeia («CTE») abrangidos pelo Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho² ou pelo [novo regulamento CTE] têm frequentemente dificuldades em financiar os custos adicionais decorrentes da cooperação entre parceiros situados em diferentes regiões e em diferentes Estados-Membros ou países terceiros. Tendo em conta a importância da CTE para a política de coesão, que constitui um quadro para a implementação de ações conjuntas e intercâmbios de políticas entre os intervenientes nacionais, regionais e locais dos diferentes Estados-Membros ou de países terceiros, devem ser abordadas determinadas dificuldades enfrentadas pelos projetos CTE, a fim de facilitar a sua conformidade com as regras em matéria de auxílios estatais. À luz da experiência da Comissão, o Regulamento (UE) n.º 651/2014 deve aplicar-se, em especial, aos auxílios a projetos CTE, independentemente da dimensão das empresas beneficiárias.
- (3) Dado os efeitos limitados sobre as trocas comerciais e a concorrência produzidos por pequenos montantes de auxílio concedidos a empresas que participam em projetos CTE, devem ser adotadas regras simples para os casos em que o montante global do auxílio por empresa e por projeto não excede um determinado limiar.

¹ JO L 248 de 24.9.2015, p. 1.

² Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia (JO L 347 de 20.12.2013, p. 259).

- (4) Os projetos de investigação e desenvolvimento aos quais foi atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência na sequência de uma avaliação e classificação efetuadas por peritos independentes, considerados excelentes e merecedores de financiamento público, mas que não podem ser financiados ao abrigo do Programa-Quadro Horizonte, devido à falta de orçamento disponível, podem ser apoiados por recursos nacionais, incluindo recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período de 2014-2020, e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu+ para o período de 2021-2027. Uma vez que estes projetos são realizados por pequenas e médias empresas, não abrangem atividades muito próximas do mercado e recebem montantes limitados de financiamento público, os recursos nacionais dedicados ao seu apoio devem ser considerados compatíveis com o mercado interno e ser isentos da obrigação de notificação, sob determinadas condições. Além disso, as condições já apreciadas a nível da União, antes da atribuição do rótulo Selo de Excelência, não devem ser novamente apreciadas. O caráter lucrativo ou não lucrativo das entidades que executam os projetos não deve ser relevante no que diz respeito ao efeito sobre a concorrência no mercado interno. As subvenções concedidas aos investigadores ao abrigo da validação do conceito do ERC e das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA) que sejam consideradas atividades económicas devem também ser consideradas compatíveis com o mercado interno, se beneficiarem de um rótulo de qualidade Selo de Excelência.
- (5) O financiamento público combinado dos recursos geridos de forma centralizada a nível nacional e da União para projetos de investigação e desenvolvimento selecionados a nível da União ao abrigo do instrumento de cofinanciamento do Programa-Quadro Horizonte 2020, na sequência de convites à apresentação de propostas transnacionais em que participem pelo menos três Estados-Membros, pode contribuir para melhorar a competitividade europeia em matéria de investigação e desenvolvimento. Uma vez que estes projetos são avaliados e selecionados por peritos independentes, visam objetivos de interesse europeu comum e respondem a deficiências de mercado bem definidas, as contribuições financeiras dos Estados-Membros, incluindo recursos dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para o período de 2014-2020, bem como do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu+ para o período de 2021-2027, destinadas a instrumentos de cofinanciamento, devem ser consideradas compatíveis com o mercado interno e isentas da obrigação de notificação, sob determinadas condições. Além disso, as condições já apreciadas a nível dos instrumentos de cofinanciamento, antes da seleção de um projeto, não devem ser novamente apreciadas.
- (6) O Programa-Quadro Horizonte define as ações de investigação e inovação que são elegíveis para financiamento. Nos casos em que tais ações possam também ser elegíveis para auxílios estatais à investigação e desenvolvimento, é necessário esclarecer em que medida as ações elegíveis ao abrigo do Programa-Quadro Horizonte correspondem às categorias de investigação fundamental, investigação industrial ou desenvolvimento experimental, tal como definidas no presente regulamento. Para esse efeito, devem ser tidas em conta as definições relativas ao nível de maturidade tecnológica (*Technological Readiness Level* — «TRL»). O TRL 1 corresponde à investigação fundamental, os TRL 2, 3 e 4 à investigação industrial, e os TRL 5, 6, 7 e 8 ao desenvolvimento experimental. Nesta base, as ações de investigação e inovação no âmbito do Programa-Quadro Horizonte devem corresponder aos TRL 1 a 4, enquanto a categoria «ações de inovação», com exceção das relativas à primeira aplicação comercial, ao abrigo do Programa-Quadro Horizonte, deve corresponder aos TRL 5 a 8.

- (7) Os produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU podem abranger fundos controlados pelos Estados-Membros, incluindo fundos de gestão partilhada da UE, a fim de aumentar o efeito de alavanca e apoiar investimentos adicionais na Europa. Por exemplo, os Estados-Membros têm a possibilidade de contribuir com uma parte dos fundos de gestão partilhada da União ou com os seus fundos próprios para uma componente da garantia da UE reservada aos Estados-Membros ao abrigo do Fundo InvestEU. Além disso, os Estados-Membros podem financiar os produtos financeiros garantidos pelo Fundo InvestEU através dos seus fundos próprios ou de bancos de fomento nacionais. Esse financiamento pode ser considerado «recursos estatais» e pode ser imputável ao Estado se os Estados-Membros dispuserem de um poder discricionário quanto à utilização desses recursos. Pelo contrário, se os Estados-Membros não dispuserem de um poder discricionário quanto à utilização dos recursos, esse financiamento não é imputável ao Estado. Relativamente a esses casos, a Comissão tenciona fornecer orientações adicionais sobre os cenários habituais apoiados pelo Fundo InvestEU.
- (8) Quando os fundos nacionais, incluindo os fundos de gestão partilhada da UE, constituírem um auxílio estatal na aceção do artigo 107.º, n.º 1, do Tratado, deve estabelecer-se um conjunto de condições sob as quais o auxílio deve ser considerado compatível com o mercado interno e isento da obrigação de notificação, a fim de facilitar a execução do Fundo InvestEU.
- (9) A conceção do Fundo InvestEU pela Comissão inclui uma série de salvaguardas importantes em matéria de concorrência, tais como o apoio aos investimentos que cumpram os objetivos das políticas da União e que criem valor acrescentado da UE, bem como a exigência de que o Fundo InvestEU seja acrescentado a outros recursos e responda a deficiências do mercado e a situações de investimento insuficiente. Além disso, o sistema de governação e o processo de tomada de decisões assegurarão, antes de emitir a garantia da UE, que as operações apoiadas pelo InvestEU cumprem os requisitos acima referidos. Por último, o apoio prestado pelo Fundo InvestEU será transparente e os seus efeitos serão avaliados. Por conseguinte, os auxílios estatais incluídos nos produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU devem ser considerados compatíveis com o mercado interno e isentos da obrigação de notificação com base num conjunto limitado de condições.
- (10) O Regulamento (UE) n.º 651/2014 deve, portanto, ser alterado em conformidade.

ADOTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (UE) n.º 651/2014 é alterado do seguinte modo:

- (1) O artigo 1.º é alterado do seguinte modo:

(a) No n.º 1 são aditadas as seguintes alíneas o) e p):

«o) Auxílios a projetos de cooperação territorial europeia;

p) Auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU.»;

(b) No n.º 3, as alíneas a) e b) passam a ter a seguinte redação:

«a) Auxílios concedidos no setor da pesca e da aquicultura, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho (*), com exceção dos auxílios à formação, dos auxílios ao acesso das PME ao financiamento, dos auxílios à investigação e

desenvolvimento, dos auxílios à inovação a favor das PME, dos auxílios a trabalhadores desfavorecidos e trabalhadores com deficiência, dos auxílios regionais ao investimento nas regiões ultraperiféricas, dos regimes de auxílio regional ao funcionamento e dos auxílios a projetos de cooperação territorial europeia;

b) Auxílios concedidos no setor da produção agrícola primária, com exceção dos auxílios regionais ao investimento nas regiões ultraperiféricas, dos regimes de auxílio regional ao funcionamento, dos auxílios em matéria de consultoria a favor das PME, dos auxílios ao financiamento de risco, dos auxílios à investigação e desenvolvimento, dos auxílios à inovação a favor das PME, dos auxílios à proteção do ambiente, dos auxílios à formação, dos auxílios a trabalhadores desfavorecidos e a trabalhadores com deficiência, dos auxílios a projetos de cooperação territorial europeia e dos auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU;»;

(c) O n.º 4 passa a ter a seguinte redação:

«4. O presente regulamento não se aplica a:

a) Regimes de auxílio que não excluem expressamente o pagamento de auxílios individuais a favor de empresas sujeitas a uma injunção de recuperação, ainda pendente, na sequência de uma decisão anterior da Comissão que declara um auxílio concedido pelo mesmo Estado-Membro ilegal e incompatível com o mercado interno, com exceção dos regimes de auxílio destinados a remediar os danos causados por certas calamidades naturais, os regimes de auxílio em conformidade com a secção 2-A e com a secção 16 do capítulo III;

b) Auxílios *ad hoc* a favor de uma empresa, tal como referido na alínea a);

c) Auxílios às empresas em dificuldade, com exceção dos regimes de auxílio destinados a remediar os danos causados por certas calamidades naturais, dos regimes de auxílio a empresas em fase de arranque, dos regimes de auxílio regional ao funcionamento, dos auxílios às PME ao abrigo do artigo 56.º-E e dos auxílios aos intermediários financeiros ao abrigo da secção 16 do capítulo III, desde que esses regimes não tratem as empresas em dificuldade mais favoravelmente que as outras empresas.

* Regulamento (UE) n.º 1379/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece a organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura, altera os Regulamentos (CE) n.º 1184/2006 e (CE) n.º 1224/2009 do Conselho e revoga o Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho (JO L 354 de 28.12.2013, p. 1)».

(2) O artigo 2.º é alterado do seguinte modo:

(a) São suprimidos os pontos 63, 64 e 65;

(b) É aditado o ponto 83-A com a seguinte redação:

«83-A) “Nível de maturidade tecnológica”, o sistema de medição que abrange toda a cadeia de investigação, desenvolvimento e inovação e que utiliza os indicadores 1 a 9 para garantir um entendimento comum do nível de maturidade e do estado tecnológico de determinadas tecnologias*»;

(c) Os pontos 84, 85 e 86 passam a ter a seguinte redação:

«84) “Investigação fundamental”, o trabalho experimental ou teórico realizado principalmente com o objetivo de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos subjacentes de fenómenos e factos observáveis, sem ter em vista qualquer aplicação ou utilização comerciais diretas (correspondente ao nível de maturidade tecnológica 1);

«85) “Investigação industrial”, a investigação planeada ou a investigação crítica destinadas à aquisição de novos conhecimentos e capacidades para o desenvolvimento de novos produtos,

processos ou serviços ou para introduzir uma melhoria significativa em produtos, processos ou serviços existentes. Inclui a criação de componentes de sistemas complexos, podendo integrar a construção de protótipos num ambiente de laboratório ou num ambiente de interfaces simuladas com sistemas existentes, bem como linhas-piloto, se necessário para a investigação industrial e para a validação de tecnologia genérica (correspondente aos níveis de maturidade tecnológica 2, 3 e 4);

«86) “Desenvolvimento experimental”, a aquisição, combinação, configuração e utilização de conhecimentos e capacidades relevantes, de carácter científico, tecnológico, comercial e outros, já existentes, com o objetivo de desenvolver produtos, processos ou serviços novos ou melhorados. Tal pode igualmente incluir, por exemplo, atividades que visem a definição conceptual, o planeamento e a documentação de novos produtos, processos ou serviços (correspondente aos níveis de maturidade tecnológica 5 a 8).

O desenvolvimento experimental pode incluir a criação de protótipos, a demonstração, a elaboração de projetos-piloto, os testes e a validação de produtos, processos ou serviços novos ou melhorados em ambientes representativos das condições reais de funcionamento, quando o principal objetivo consistir em introduzir novas melhorias técnicas nos produtos, processos ou serviços que não estejam em grande medida estabelecidos. Tal pode incluir o desenvolvimento de um protótipo ou projeto-piloto comercialmente utilizável, que seja necessariamente o produto comercial final e cuja produção seja demasiado onerosa para ser utilizado apenas para efeitos de demonstração e de validação.

O desenvolvimento experimental não inclui alterações, de rotina ou periódicas, introduzidas em produtos, linhas de produção, processos de fabrico e serviços existentes e noutras operações em curso, ainda que tais alterações sejam suscetíveis de representar melhorias;»

(d) É aditado o ponto 86-B com a seguinte redação:

«86-B) “Digitalização”, a adoção de tecnologias realizadas por dispositivos e/ou sistemas eletrónicos que permitem aumentar a funcionalidade do produto, desenvolver serviços em linha, modernizar os processos ou migrar para modelos de negócios baseados na desintermediação da produção de bens e da prestação de serviços para, por fim, produzir um impacto transformador;»;

(e) É aditado o ponto 138-A com a seguinte redação:

«138-A) “Redes intermédias da nova geração (*next generation backhaul networks* - NGN)”, redes intermédias avançadas que podem apoiar a instalação de redes NGA através de fibra ótica (ou tecnologia equivalente);»;

(f) São aditados os pontos 166) a 182):

«Definições aplicáveis aos auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU

166) “Garantia da UE”, tal como definida no Regulamento [do programa InvestEU] [referência], uma garantia prestada pelo orçamento da União ao abrigo do qual as garantias orçamentais concedidas em conformidade com o [artigo 219.º, n.º 1, do Regulamento Financeiro] produzem efeitos através da assinatura de acordos de garantia individuais com os parceiros de execução;

167) “Fundo InvestEU”, um fundo criado pelo Regulamento [do programa InvestEU] [referência] que presta uma garantia da UE para apoiar as operações de financiamento e investimento implementadas pelos parceiros de execução;

168) “Produto financeiro”, tal como definido no Regulamento [do programa InvestEU] [referência], um mecanismo ou acordo financeiro nos termos do qual o parceiro de execução concede um financiamento direto ou intermediado aos beneficiários finais sob uma das formas referidas no [artigo 13.º do Regulamento do programa InvestEU];

169) “Bancos ou instituições de fomento nacionais”, tal como definidos no Regulamento [do programa InvestEU] [referência], as entidades jurídicas que exercem atividades financeiras a título profissional, às quais um Estado-Membro ou uma entidade de um Estado-Membro a nível central, regional ou local confere um mandato para o exercício de atividades de fomento ou de desenvolvimento;

170) “Intermediário financeiro”, qualquer instituição financeira, independentemente da sua forma e propriedade, nomeadamente bancos, instituições de crédito não bancárias, fundos de investimento, instituições de microfinanciamento, sociedades de garantia, sociedades de locação financeira e bancos ou instituições de fomento nacionais;

171) “Intermediário financeiro comercial”, um intermediário financeiro que opera com fins lucrativos e integralmente por sua conta e risco, sem uma garantia pública), com exclusão dos bancos ou instituições de fomento nacionais;

172) “Parceiro de execução”, tal como definido no Regulamento [do programa InvestEU] [referência], a contraparte elegível, como uma instituição financeira ou outro intermediário, com quem a Comissão assina um acordo de garantia;

173) “Fundos de mercado”, os fundos de intermediários financeiros comerciais e de outros investidores do mercado, independentemente da sua propriedade, que operam com fins lucrativos e integralmente por sua conta e risco, sem uma garantia pública, e que são independentes dos beneficiários finais. Tal inclui fundos de investidores providenciais («*business angels*»), do Grupo BEI, do BERD e de outros bancos multilaterais de desenvolvimento, e exclui os fundos de bancos ou instituições de fomento nacionais;

174) “Zonas brancas”, zonas em que, de acordo com um mapeamento adequado ou com os resultados de uma consulta pública, não existe nem está previsto existir, em condições comerciais e no prazo de três anos, nenhuma infraestrutura de banda larga da mesma categoria (quer banda larga básica quer rede NGA/NGN);

175) “Zonas cinzentas”, zonas em que, de acordo com um mapeamento adequado ou com os resultados de uma consulta pública, apenas existe ou está previsto existir, em condições comerciais e no prazo de três anos, uma infraestrutura de banda larga da mesma categoria (ou seja, banda larga básica ou rede NGA/NGN);

176) “Zonas negras”, zonas em que, de acordo com um mapeamento adequado ou com os resultados de uma consulta pública, existem ou está previsto existirem, em condições comerciais e no prazo de três anos, pelo menos duas infraestruturas de banda larga da mesma categoria (ou seja, banda larga básica ou rede NGA/NGN);

177) “Mudança radical”, a que pode ser demonstrada se, na sequência da intervenção subvencionada, o projeto criar novos investimentos significativos na rede de banda larga e se a infraestrutura subvencionada oferecer ao mercado novas capacidades significativas em termos de disponibilidade e capacidade, velocidades e concorrência do serviço de banda larga, em comparação com as redes existentes ou previstas no prazo de três anos na área de intervenção. Comprova-se que existe uma mudança radical se forem demonstradas cumulativamente as seguintes condições: o projeto subsidiado garante uma duplicação das velocidades de descarregamento e de carregamento em comparação com a infraestrutura existente e/ou prevista e, pelo menos, velocidades simétricas superiores a 300 Mbps, consoante o que for mais elevado, e assegura resultados que favorecem a concorrência de uma

forma muito mais significativa do que a infraestrutura atual e/ou prevista, como, por exemplo, condições de livre acesso pleno e serviços mais adequados e a preços mais acessíveis para os consumidores finais;

178) “mapeamento adequado”, o mapeamento de uma zona, incluindo a zona alvo relevante, que não tenha mais de [X] ano[s], efetuado pelas autoridades nacionais competentes, que inclui todas as infraestruturas da mesma categoria (ou seja, banda larga básica ou rede NGA/NGN, incluindo redes de capacidade muito alta) existentes ou previstas para os próximos três anos e é realizado a nível dos locais com base em locais servidos (e não em locais ligados);

179) “Consulta pública”, uma consulta pública realizada pelas autoridades nacionais competentes através da publicação num sítio Web adequado disponível para todas as partes interessadas durante um mês, com o objetivo de recolher informações fundamentadas das partes interessadas sobre os investimentos em infraestruturas da mesma categoria existentes ou previstos nos próximos três anos numa zona, incluindo a zona alvo relevante;

180) “Serviços sociais”, serviços claramente identificados que satisfazem necessidades sociais em matéria de cuidados de saúde e cuidados continuados, acolhimento de crianças, acesso ao mercado de trabalho e reintegração no mercado de trabalho, habitação social (ou seja, habitação para cidadãos desfavorecidos ou grupos socialmente menos favorecidos que, devido a condicionamentos de solvência, não podem obter habitação em condições de mercado) e prestação de cuidados e inclusão social de grupos vulneráveis (conforme definidos no considerando 11 da Decisão 2012/21/UE da Comissão);

181) “Nó urbano da RTE-T”, uma área urbana em que a infraestrutura de transportes da RTE-T, nomeadamente portos, incluindo terminais de passageiros, aeroportos, estações de caminhos de ferro, plataformas logísticas e terminais de mercadorias localizados numa área urbana ou perto dela, está interligada com outras partes dessa infraestrutura e com as infraestruturas do tráfego regional e local, tal como definido no artigo 3.º, alínea p), do Regulamento (UE) n.º 1315/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho*;

182) «Novo operador», uma empresa ferroviária na aceção do artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva 2012/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho**, que preenche as seguintes condições:

- (a) Obteve uma licença nos termos do artigo 17.º, n.º 3, da Diretiva 2012/34/UE menos de dez anos antes da concessão do auxílio;
- (b) Não está relacionada, na aceção do artigo 3.º, n.º 3, do anexo I, com uma empresa ferroviária que tenha obtido uma licença em qualquer Estado-Membro antes de 1 de janeiro de 2010;

183) “PME inovadora”, uma PME cujos custos de I&D e inovação representem pelo menos 15 % do total dos seus custos de exploração em pelo menos um dos três anos anteriores ou pelo menos 10 % do total dos seus custos de exploração em cada um dos três anos anteriores. Uma entidade de finalidade especial que possa ser considerada uma «empresa autónoma», tal como definida no anexo I, relativamente à qual não existam dados históricos, pode ser considerada uma PME inovadora se os seus custos de I&D e inovação incluídos num plano de atividades credível preencherem um dos critérios acima referidos;

184) “Empresa de média capitalização inovadora”, uma grande empresa com o máximo de 1 500 trabalhadores que pode ser considerada uma «empresa autónoma», tal como definida no anexo I, cujos custos de I&D e inovação representem pelo menos 15 % do total dos seus custos de exploração em pelo menos um dos três anos anteriores ou pelo menos 10 % do total dos seus custos de exploração em cada um dos três anos anteriores. Uma entidade de finalidade especial que possa ser considerada uma “empresa autónoma”, tal como definida no

anexo I, relativamente à qual não existam dados históricos, pode ser considerada uma empresa de média capitalização inovadora se os seus custos de I&D e inovação incluídos num plano de atividades credível preencherem um dos critérios acima referidos;

185) “Pequena empresa de média capitalização”, uma grande empresa com o máximo de 499 trabalhadores e um volume de negócios anual de até 100 milhões de EUR ou um balanço anual de 86 milhões de EUR que pode ser considerada uma «empresa autónoma», tal como definida no anexo I.

* Ver Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: «Uma estratégia europeia para as Tecnologias Facilitadoras Essenciais - uma ponte para o crescimento e o emprego», COM(2012) 341 final de 26.6.2012.

** Regulamento (UE) n.º 1315/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2013, relativo às orientações da União para o desenvolvimento da rede transeuropeia de transportes e que revoga a Decisão n.º 661/2010/UE (JO L 348 de 20.12.2013, p. 1).

*** Diretiva 2012/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de novembro de 2012, que estabelece um espaço ferroviário europeu único (JO L 343 de 14.12.2012, p. 32).»;

(3) O artigo 4.º, n.º 1, é alterado do seguinte modo:

(a) A alínea f) passa a ter a seguinte redação:

«f) No caso dos auxílios a empresas que participam em projetos de cooperação territorial europeia: 2 milhões de EUR por empresa e por projeto, no caso dos auxílios previstos no artigo 20.º; os montantes fixados no artigo 20.º-A, n.º 2, por empresa e por projeto, no caso dos auxílios previstos no artigo 20.º-A;»

(b) Na alínea i), são aditadas as seguintes subalíneas vii) e viii):

«vii) no caso dos auxílios a projetos aos quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência, os montantes previstos no artigo 25.º-A,

viii) no caso dos auxílios incluídos em projetos de cofinanciamento e ações de associação de equipas, os limiares previstos no artigo 25.º-B;»

(c) É aditada a seguinte alínea gg):

«gg) No caso dos auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU: os montantes previstos na secção 16 do capítulo III.»;

(4) No artigo 5.º, n.º 2, é aditada a seguinte alínea l):

«l) Auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU, se estiverem preenchidas as condições previstas na secção 16 do capítulo III.»;

(5) No artigo 6.º, n.º 5, são aditadas as seguintes alíneas i), j) e k):

«i) Auxílios a empresas que participam em projetos de cooperação territorial europeia, se estiverem preenchidas as condições relevantes previstas nos artigos 20.º ou 20.º-A;

j) Auxílios a projetos aos quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência e auxílios incluídos em projetos de cofinanciamento e em ações de associação de equipas, se estiverem preenchidas as condições relevantes previstas nos artigos 25.º-A ou 25.º-B;

k) Auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU, se estiverem preenchidas as condições previstas na secção 16 do capítulo III.»;

(6) O artigo 7.º, n.º 1, segundo parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

«Os montantes dos custos elegíveis podem ser calculados em conformidade com as opções de custos simplificados estabelecidas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho*, ou [novo Regulamento RDC], conforme aplicável, desde que a operação seja, pelo menos, parcialmente financiada através de um fundo da União que permita a utilização dessas opções de custos simplificados e a categoria de custos seja elegível de acordo com a disposição de isenção pertinente.»

* Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho (JO L 347 de 20.12.2013, p. 320).»;

(7) O artigo 8.º é alterado do seguinte modo:

(a) No n.º 3, a alínea b) passa a ter a seguinte redação:

«b) Quaisquer outros auxílios estatais relacionados com os mesmos custos elegíveis, com sobreposição parcial ou total, apenas se essa cumulação não levar a que se ultrapasse a intensidade máxima de auxílio ou o montante máximo de auxílio aplicáveis a este auxílio em virtude do presente regulamento.

O financiamento concedido aos beneficiários finais no âmbito do apoio do Fundo InvestEU ao abrigo da secção 16 do capítulo III e os custos por ele cobertos não devem ser considerados para determinar a conformidade com as disposições relativas à cumulação previstas no n.º 3. Para esse efeito, deve, em primeiro lugar, deduzir-se o montante nominal do financiamento apoiado pelo Fundo InvestEU do total dos custos elegíveis do projeto e, subsequentemente, calcular-se a intensidade de auxílio ou o montante de auxílio mais elevados aplicáveis ao auxílio ao abrigo do presente regulamento, apenas com base no total dos restantes custos elegíveis. O montante nominal do financiamento concedido aos beneficiários finais no âmbito do apoio do Fundo InvestEU também não deve ser considerado para determinar se foi respeitado o limiar de notificação ao abrigo do presente regulamento.

Em alternativa, no caso dos empréstimos privilegiados ou das garantias sobre empréstimos privilegiados apoiados pelo Fundo InvestEU ao abrigo da secção 16 do capítulo III, o auxílio inerente aos empréstimos privilegiados ou às garantias sobre empréstimos privilegiados concedidos aos beneficiários finais pode ser calculado com base na taxa de referência em vigor no momento da concessão do auxílio e pode utilizar-se para garantir que a cumulação com qualquer outro auxílio para os mesmos custos elegíveis identificáveis não implique que seja ultrapassada a intensidade de auxílio ou o montante de auxílio mais elevados aplicáveis ao auxílio ou o limiar de notificação previsto no presente regulamento ou noutro regulamento de isenção por categoria ou decisão adotados pela Comissão.»;

(b) O n.º 4 passa a ter a seguinte redação:

«4. Os auxílios sem custos elegíveis identificáveis, isentos ao abrigo dos artigos 20.º-A, 21.º, 22.º e 23.º e da secção 16 do capítulo III, podem ser cumulados com quaisquer outros auxílios estatais acompanhados de custos elegíveis identificáveis. Os auxílios não acompanhados de custos elegíveis identificáveis podem ser cumulados com quaisquer outros auxílios estatais não acompanhados de custos elegíveis identificáveis, até ao limiar de financiamento total mais elevado aplicável fixado, em função das circunstâncias específicas de cada caso, pelo

presente regulamento ou por outro regulamento de isenção por categoria ou decisão adotados pela Comissão.»;

(8) No artigo 9.º, os n.ºs 1 e 2 passam a ter a seguinte redação:

«1. O Estado-Membro em causa deve assegurar a publicação dos seguintes elementos num sítio Web completo sobre os auxílios estatais, a nível nacional ou regional:

- (a) O resumo das informações referidas no artigo 11.º, no formato normalizado definido no anexo II ou uma ligação para o mesmo;
- (b) O texto integral de cada medida de auxílio, tal como referido no artigo 11.º, ou uma ligação que dê acesso ao texto integral;
- (c) As informações referidas no anexo III sobre cada concessão de auxílio individual superior a 500 000 EUR ou, para os beneficiários ativos na produção agrícola primária, cada concessão de auxílio individual superior a 60 000 EUR.

No que se refere aos auxílios concedidos a projetos de cooperação territorial europeia, as informações referidas no presente número devem figurar no sítio Web do Estado-Membro onde se encontra a autoridade de gestão em causa, tal como definida no artigo 21.º do Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, ou no [artigo 44.º do novo regulamento CTE], conforme aplicável. Em alternativa, os Estados-Membros participantes podem também decidir que cada um deles deve apresentar as informações relacionadas com as medidas de auxílio no seu território nos respetivos sítios Web.

2. No caso dos regimes sob a forma de benefícios fiscais e dos regimes abrangidos pelos artigos 16.º e 21.º(**), as condições estabelecidas no n.º 1, alínea c), do presente artigo devem ser consideradas preenchidas se os Estados-Membros publicarem as informações requeridas sobre os montantes dos auxílios individuais nos seguintes intervalos (em milhões de EUR):

0,06-05 (apenas para a produção agrícola primária);

0,5-1;

1-2;

2-5;

5-10;

10-30; e

30 e mais;»;

* No caso dos regimes ao abrigo dos artigos 16.º e 21.º do presente regulamento, a obrigação de publicar a informação sobre cada concessão individual superior a 500 000 EUR pode ser derogada no que respeita às PME que não tenham efetuado qualquer venda comercial em qualquer mercado.

(9) No artigo 11.º, a frase introdutória passa a ter a seguinte redação:

«Os Estados-Membros ou, no caso de auxílios concedidos a projetos de cooperação territorial europeia, em alternativa, o Estado-Membro em que está situada a autoridade de gestão, tal como definida no artigo 21.º do Regulamento (UE) n.º 1299/2013, ou no [artigo 44.º do novo regulamento CTE], conforme aplicável, devem transmitir à Comissão:»;

(10) No artigo 14.º, o n.º 15 passa a ter a seguinte redação:

«15. Para um investimento inicial ligado a projetos de cooperação territorial europeia abrangidos pelo Regulamento (UE) n.º 1299/2013, ou pelo [novo regulamento CTE], a intensidade de auxílio da zona em que o investimento inicial estiver localizado deve aplicar-se a todos os beneficiários que participam no projeto. Se o investimento inicial estiver localizado

em duas ou mais zonas assistidas, a intensidade máxima de auxílio deve ser a aplicável na zona assistida em que a maior parte dos custos elegíveis forem suportados. Nas zonas assistidas elegíveis para auxílios nos termos do artigo 107.º, n.º 3, alínea c), do Tratado, a presente disposição apenas deve ser aplicável às grandes empresas se o investimento inicial disser respeito a uma nova atividade económica.»;

(11) No artigo 16.º, o n.º 4 passa a ter a seguinte redação:

«4. Os custos elegíveis devem ser os custos globais do projeto de desenvolvimento urbano na medida em que sejam conformes com os artigos 37.º e 65.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, ou com o [novo RDC], conforme aplicável.»

(12) A seguir ao artigo 19.º é aditado o título seguinte:

«Secção 2-A:

Auxílios à Cooperação Territorial Europeia»

(13) O artigo 20.º passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 20.º

Auxílios aos custos incorridos pelas empresas que participam em projetos de cooperação territorial europeia

1. Os auxílios aos custos incorridos pelas empresas que participam em projetos de cooperação territorial europeia abrangidos pelo Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho ou pelo [novo regulamento CTE] devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação prevista no artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas no presente artigo e no capítulo I.

2. Na medida em que estejam relacionados com o projeto de cooperação, os custos seguintes, que terão o significado que lhes é atribuído pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 481/2014 da Comissão ou pelos [artigos 38.º a 43.º do novo Regulamento CTE], conforme aplicável, serão custos elegíveis:

- (a) Os custos do pessoal;
- (b) As despesas com instalações e administrativas;
- (c) As despesas de deslocação e alojamento;
- (d) Os custos de peritagem e serviços externos;
- (e) As despesas de equipamento; e
- (f) Os custos de infraestruturas e de obras.

3. A peritagem e os serviços referidos no n.º 2, alínea d), não devem constituir uma atividade contínua nem periódica, nem estar relacionados com os custos normais de funcionamento da empresa, como os serviços em matéria de consultoria fiscal de rotina, os serviços jurídicos regulares ou a publicidade de rotina.

4. A intensidade de auxílio não deve exceder 65 % dos custos elegíveis. A intensidade de auxílio pode ser aumentada em 10 pontos percentuais para os auxílios concedidos a médias empresas e em 15 pontos percentuais para os auxílios concedidos a pequenas empresas.

*Regulamento Delegado (UE) n.º 481/2014 da Comissão, de 4 de março de 2014, que completa o Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que

diz respeito às regras específicas em matéria de elegibilidade da despesa para os programas de cooperação (JO L 138 de 13.5.2014, p. 45).»;

(14) É aditado o artigo 20.º-A com a seguinte redação:

«Artigo 20.º-A

Montantes limitados de auxílio a empresas pela participação em projetos de cooperação territorial europeia

1. Os auxílios às empresas pela sua participação em projetos de cooperação territorial europeia abrangidos pelo Regulamento (UE) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho ou pelo [novo regulamento CTE] devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação prevista no artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas no presente artigo e no capítulo I.

2. O montante total dos auxílios concedidos ao abrigo do presente artigo a uma empresa, por projeto, não deve exceder 20 000 EUR.»;

(15) No artigo 25.º, o n.º 1 passa a ter a seguinte redação:

«1. Os auxílios a projetos de investigação e desenvolvimento, incluindo projetos que receberam um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do instrumento a favor das PME do programa Horizonte 2020 ou ao abrigo do programa Horizonte Europa, devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação imposta pelo artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas no presente artigo e no capítulo I.»;

(16) São aditados os artigos 25.º-A e 25.º-B com a seguinte redação:

«Artigo 25.º-A

Auxílios a projetos aos quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência

1. Os auxílios às PME para projetos de investigação e desenvolvimento aos quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação imposta pelo artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas nos n.ºs 3 a 6 do presente artigo e no capítulo I.

2. Os auxílios às ações Marie Skłodowska-Curie e às ações ao abrigo da validação do conceito do ERC às quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação imposta pelo artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas nos n.ºs 4 a 7 do presente artigo e no capítulo I.

3. A vertente do projeto que beneficia de auxílio deve inserir-se inteiramente numa ou em várias das categorias seguintes:

- (a) Investigação fundamental;
- (b) Investigação industrial;
- (c) Desenvolvimento experimental;
- (d) Estudos de viabilidade.

4. As categorias, os montantes máximos e os métodos de cálculo dos custos elegíveis são os definidos ao abrigo do instrumento a favor das PME do programa Horizonte 2020 ou ao abrigo do programa Horizonte Europa.

5. As intensidades máximas de auxílio são as taxas de financiamento estabelecidas ao abrigo do instrumento a favor das PME do programa Horizonte 2020 ou ao abrigo do programa Horizonte Europa e não devem exceder 100 % no caso da investigação fundamental ou da investigação industrial e 70 % no caso do desenvolvimento experimental ou dos estudos de viabilidade.

6. O montante máximo dos auxílios às PME para projetos de investigação e desenvolvimento aos quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa não deve exceder 2,5 milhões de EUR por empresa e por projeto.

7. O montante máximo dos auxílios às ações Marie Skłodowska-Curie ou às ações ao abrigo da validação do conceito do ERC às quais tenha sido atribuído um rótulo de qualidade Selo de Excelência ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa não deve exceder o nível máximo de apoio para essas ações previsto no Horizonte 2020 ou no programa Horizonte Europa. As intensidades de auxílio não devem exceder 100 %.

Artigo 25.º-B

Auxílios incluídos em projetos cofinanciados incluindo ações de associação de equipas

1. Os auxílios concedidos a projetos cofinanciados avaliados de forma independente e selecionados na sequência de convites à apresentação de propostas transnacionais ao abrigo do programa Horizonte Europa, incluindo no âmbito de ações de associação de equipas avaliados de forma independente e selecionados na sequência de convites à apresentação de propostas transnacionais ao abrigo do Horizonte 2020 ou do programa Horizonte Europa, devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação imposta pelo artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas no presente artigo e no capítulo I.

2. A vertente do projeto que beneficia de auxílio deve inserir-se inteiramente numa ou em várias das categorias seguintes:

- (a) Investigação fundamental;
- (b) Investigação industrial;
- (c) Desenvolvimento experimental;
- (d) Estudos de viabilidade.

No caso de projetos no âmbito de ações de associação de equipas, a vertente do projeto que beneficia de auxílio pode, além disso, incluir investimentos em infraestruturas relacionadas com o projeto.

3. As categorias, os montantes máximos e os métodos de cálculo dos custos elegíveis são os definidos ao abrigo do programa Horizonte Europa. No caso das ações de associação de equipas são elegíveis, além disso, os custos de investimento em ativos corpóreos e incorpóreos relacionados com o projeto.

4. O financiamento público total concedido a um projeto não deve exceder 100 % dos custos elegíveis no caso da investigação fundamental e da investigação industrial e 70 % dos custos elegíveis no caso do desenvolvimento experimental ou dos estudos de viabilidade. No caso

dos projetos no âmbito de ações de associação de equipas, os auxílios para investimentos em infraestruturas relacionadas com o projeto não devem exceder 70 % dos custos de investimento em ativos corpóreos e incorpóreos.

5. O financiamento concedido pelo programa Horizonte Europa deve cobrir, pelo menos, 30 % dos custos elegíveis no caso do desenvolvimento experimental e, pelo menos, 35 % dos custos elegíveis no caso da investigação fundamental ou da investigação industrial.

6. No caso dos auxílios a infraestruturas no âmbito de ações de associação de equipas, são aplicáveis as seguintes condições adicionais:

- (a) Quando a infraestrutura exercer simultaneamente atividades económicas e não económicas, o financiamento, custos e receitas de cada tipo de atividade devem ser contabilizados separadamente, com base em princípios de contabilização dos custos aplicados de forma coerente e objetivamente justificáveis;
 - (b) O preço cobrado pelo funcionamento ou utilização da infraestrutura deve corresponder ao preço de mercado;
 - (c) O acesso à infraestrutura deve estar aberto a vários utilizadores e ser concedido de forma transparente e não discriminatória. Pode ser concedido acesso preferencial em condições mais favoráveis às empresas que tenham financiado, pelo menos, 10 % dos custos de investimento da infraestrutura. A fim de evitar uma sobrecompensação, esse acesso deve ser proporcional à contribuição da empresa para os custos de investimento e estas condições devem ser tornadas públicas;
 - (d) Quando a infraestrutura receber financiamento público tanto para atividades económicas como para atividades não económicas, os Estados-Membros devem criar um mecanismo de monitorização e de reembolso destinado a assegurar que a intensidade de auxílio aplicável não é excedida em resultado de um aumento da proporção das atividades económicas em comparação com a situação prevista na data de concessão do auxílio.»;
- (17) A seguir ao artigo 56.º-C é aditada a secção seguinte:

«Secção 16

Auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU

Artigo 56.º-D

Âmbito de aplicação e condições comuns

1. A presente secção aplica-se aos auxílios incluídos em qualquer dos seguintes instrumentos:

- (a) A garantia da UE concedida ao abrigo da componente dos Estados-Membros do Fundo InvestEU;
- (b) Produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU;
- (c) Auxílios concedidos ao abrigo das alíneas a) e b), repercutidos nos intermediários financeiros e beneficiários finais.

2. Os auxílios devem ser considerados compatíveis com o mercado interno, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, do Tratado, e devem ser isentos da obrigação de notificação imposta pelo artigo 108.º, n.º 3, do Tratado, desde que preencham as condições estabelecidas no capítulo I, no presente artigo, bem como no artigo 56.º-E ou no artigo 56.º-F.

3. Os auxílios devem preencher todas as condições aplicáveis estabelecidas no Regulamento [do Fundo InvestEU] [referência] e nas Orientações em matéria de Investimento do InvestEU [referência].

4. Os limiares máximos estabelecidos nos artigos 56.º-E e 56.º-F são aplicáveis ao total do financiamento pendente concedido ao beneficiário final no âmbito de qualquer produto financeiro apoiado pelo Fundo InvestEU.

5. Não são concedidos auxílios sob a forma de refinanciamento ou de garantias sobre carteiras existentes de intermediários financeiros.

Artigo 56.º-E

Condições aplicáveis aos auxílios incluídos em produtos financeiros apoiados pelo Fundo InvestEU

1. O financiamento concedido aos beneficiários finais no âmbito do produto financeiro apoiado pelo Fundo InvestEU deve preencher um dos seguintes requisitos:

- (a) No caso dos empréstimos com taxa de juro fixa, a taxa de juro deve ser, pelo menos, a taxa *mid-swap* genérica para o prazo de vencimento correspondente e a divisa em que o empréstimo estiver expresso. Se essa taxa não estiver disponível, a taxa de juro deve ser, pelo menos, a taxa de juro das obrigações de dívida pública emitidas pelo país que emite a divisa em que o empréstimo estiver expresso;
- (b) No caso dos empréstimos com taxa de juro variável, a taxa de juro deve ser, pelo menos, a EURIBOR ou a taxa IBOR correspondente para o prazo de vencimento correspondente;
- (c) No caso das garantias, a comissão de garantia deve ser igual ou superior a zero;
- (d) No caso do capital próprio, a participação no capital adquirida deve corresponder ao montante investido.

2. Os auxílios ao beneficiário final devem, além disso, preencher as condições estabelecidas num dos n.ºs 3 a 11.

3. Os auxílios a infraestruturas de banda larga devem preencher os seguintes requisitos:

- (a) O montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [70] milhões de EUR;
- (b) Nas zonas brancas, só são concedidos auxílios a projetos que:
 - i) sejam selecionados através de um processo de seleção transparente e não discriminatório que respeite a neutralidade tecnológica, aberto a todos os utilizadores em condições justas, razoáveis e adequadas, incluindo a desagregação total e efetiva em conformidade com o artigo 52.º, n.ºs 5 e 6; e
 - ii) se baseiem numa necessidade de investimento identificada, com base na consulta de um mapeamento adequado e, quando tal mapeamento não se encontrar disponível, numa consulta pública, a fim de evitar a exclusão das iniciativas privadas;
- (c) Nas zonas cinzentas, só são concedidos auxílios a projetos que:
 - i) representem uma mudança radical; e
 - ii) sejam selecionados através de um processo de seleção transparente e não discriminatório que respeite a neutralidade tecnológica, aberto a todos os

utilizadores em condições justas, razoáveis e adequadas, incluindo a desagregação total e efetiva em conformidade com o artigo 52.º, n.ºs 5 e 6; e

iii) se baseiem numa necessidade de investimento identificada, com base na consulta de um mapeamento adequado ou, quando tal mapeamento não se encontrar disponível, numa consulta pública, a fim de evitar a exclusão das iniciativas privadas.

(d) Os projetos que visem tanto zonas brancas como cinzentas e em que não seja possível separar facilmente tais zonas devem preencher as condições aplicáveis aos projetos em zonas cinzentas.

(e) Não são concedidos auxílios a projetos que incluam zonas negras NGA/NGN ou que incluam zonas em que exista ou esteja prevista, pelo menos, uma rede de capacidade muito alta nos próximos três anos.

4. Os auxílios a favor de portos devem preencher os seguintes requisitos:

(a) O montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [100] milhões de EUR;

(b) Só podem ser concedidos auxílios para investimentos em infraestruturas de acesso e infraestruturas portuárias que sejam postas à disposição dos utilizadores interessados de uma forma equitativa e não discriminatória e com base nas condições de mercado;

(c) Qualquer concessão ou outro tipo de atribuição a terceiros da construção, modernização, exploração ou locação das infraestruturas portuárias objeto de auxílio deve ser efetuada de modo competitivo, transparente, não discriminatório e incondicional;

(d) Não devem ser concedidos auxílios a investimentos em superestruturas portuárias.

5. Os auxílios à produção de energia e às infraestruturas energéticas devem preencher os seguintes requisitos:

(a) São concedidos auxílios a investimentos em infraestruturas energéticas no setor do gás e da eletricidade que estejam sujeitas a acesso de terceiros, regulação tarifária e desagregação, em conformidade com a legislação relativa ao mercado interno da energia, para as seguintes categorias de projetos:

i) no que respeita ao armazenamento de energia, só são concedidos auxílios aos projetos incluídos na lista de projetos de interesse comum [xxx, referência],

ii) no que respeita aos projetos de infraestruturas energéticas não relacionados com o armazenamento, são concedidos auxílios: a redes inteligentes, projetos em que participe mais do que um Estado-Membro, projetos incluídos na lista de projetos de interesse comum ou projetos em zonas assistidas.

O montante nominal do financiamento total concedido a um beneficiário final por tal projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [100] milhões de EUR.

(b) Só devem ser concedidos auxílios ao investimento para a produção de energia a partir de fontes de energia renováveis a novas instalações selecionadas através de um procedimento de concurso baseado em critérios claros, transparentes e não discriminatórios. O montante nominal do financiamento total concedido ao

beneficiário final por tal projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [30] milhões de EUR.

6. Os auxílios a infraestruturas e atividades sociais, educativas e culturais devem preencher os seguintes requisitos:

- (a) O montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder:
 - i) [100] milhões de EUR por projeto, no caso de investimentos em infraestruturas utilizadas para a prestação de serviços sociais, para a educação ou para os fins e atividades culturais previstos no artigo 53.º, n.º 2,
 - ii) [30] milhões de EUR para a prestação de serviços sociais e atividades culturais,
 - iii) [2] milhões de EUR para a educação e a formação.
- (b) Não devem ser concedidos auxílios à formação destinada a dar cumprimento aos requisitos nacionais obrigatórios em matéria de formação.

7. Os auxílios aos transportes e a infraestruturas de transporte devem preencher os seguintes requisitos:

- (a) Só devem ser concedidos auxílios aos seguintes projetos:
 - i) projetos de interesse comum na aceção do artigo 3.º, alínea a), do Regulamento (UE) n.º 1315/2013 relativo à rede principal da rede transeuropeia de transportes (RTE-T), com exceção dos projetos relativos a infraestruturas aeroportuárias,
 - ii) interligações a nós urbanos da RTE-T,
 - iii) infraestruturas rodoviárias gratuitas, bem como infraestruturas rodoviárias sujeitas a portagem, em que o operador tenha sido selecionado com base num concurso público, transparente, não discriminatório e incondicional, em conformidade com os princípios em matéria de contratos públicos consagrados no Tratado,
 - iv) infraestruturas da rede ferroviária,
 - v) material circulante para a prestação de serviços de transporte ferroviário em linhas totalmente abertas à concorrência, desde que o beneficiário seja um novo operador,
 - vi) transportes urbanos,
 - vii) infraestruturas para combustíveis alternativos ou infraestruturas de mobilidade com nível nulo ou baixo de emissões,
- (b) O montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [100] milhões de EUR.

8. Os auxílios a outras infraestruturas devem preencher os seguintes requisitos:

- (a) Só devem ser concedidos auxílios aos seguintes projetos:
 - i) infraestruturas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais,

- ii) infraestruturas de gestão de resíduos, na medida em que visem gerir os resíduos produzidos por outras empresas;
 - iii) infraestruturas de investigação;
- (b) O montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [100] milhões de EUR.

9. Os auxílios a favor da proteção climática e do ambiente devem preencher os seguintes requisitos:

- (a) Só devem ser concedidos auxílios aos investimentos que visem ir além das normas da União em matéria de proteção do ambiente, aumentar o nível de proteção climática ou do ambiente, na ausência de normas aplicáveis da União, ou adaptar-se de forma antecipada a futuras normas da União.
- (b) O montante nominal do financiamento total concedido a qualquer beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [50] milhões de EUR.

10. Os auxílios à investigação, ao desenvolvimento, à inovação e à digitalização devem preencher os seguintes requisitos:

- (a) Podem ser concedidos auxílios para:
 - i) investigação fundamental,
 - ii) investigação industrial,
 - iii) desenvolvimento experimental; no caso das grandes empresas, com exceção das pequenas empresas de média capitalização em zonas assistidas e das empresas de média capitalização inovadoras, só podem ser concedidos auxílios para o desenvolvimento experimental se o projeto ultrapassar o estado da técnica no seu setor no EEE e se o financiamento concedido ao beneficiário final não exceder o mínimo necessário para que o projeto seja suficientemente rentável,
 - iv) inovação em matéria de processos ou de organização para as PME,
 - v) digitalização para as PME,
- (b) No caso dos projetos incluídos no n.º 10, alínea a), subalíneas i), ii) e iii), o montante nominal do financiamento total concedido ao beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [50] milhões de EUR. No caso dos projetos incluídos no n.º 10, alínea a), subalíneas iv) e v), o montante nominal do financiamento total concedido ao beneficiário final por projeto ao abrigo do Fundo InvestEU não deve exceder [30] milhões de EUR.

11. As PME, as pequenas empresas de média capitalização ou as empresas de média capitalização inovadoras podem beneficiar de financiamento apoiado pelo Fundo InvestEU se:

- (a) O montante nominal do financiamento total concedido por beneficiário final ao abrigo do Fundo InvestEU não exceder [30] milhões de EUR e se destinar a:
 - i) microempresas,
 - ii) PME que operem há menos de sete anos desde a sua primeira venda comercial,
 - iii) PME que entrem num novo mercado geográfico ou do produto, sempre que o investimento inicial para entrar num novo mercado geográfico ou

- do produto tenha de ser superior a 50 % do volume de negócios médio anual realizado nos cinco anos anteriores,
 - iv) PME inovadoras ou empresas de média capitalização inovadoras,
 - v) PME ou pequenas empresas de média capitalização em zonas assistidas, desde que o financiamento não seja utilizado para a realocação de atividades,
 - vi) PME para os fins e atividades culturais previstos no artigo 53.º, n.º 2,
- (b) O montante nominal do financiamento total concedido por beneficiário final ao abrigo do Fundo InvestEU não exceder:
- i) 1 milhão de EUR para empréstimos a cinco anos,
 - ii) 500 000 EUR para empréstimos a dez anos,
 - iii) 1,5 milhões de EUR para garantias de empréstimos de até cinco anos,
 - iv) 750 000 EUR para garantias de empréstimos de até dez anos,
 - v) 200 000 EUR para capital próprio.».

Artigo 56.º-F

Condições aplicáveis aos produtos financeiros com fins comerciais apoiados pelo Fundo InvestEU

1. O financiamento destinado aos beneficiários finais é assegurado por intermediários financeiros comerciais selecionados de forma aberta, transparente e não discriminatória, com base em critérios objetivos.
2. Em cada carteira de financiamento concedida aos beneficiários finais pelo intermediário financeiro comercial, devem ser cumpridas as seguintes condições:
 - (a) No caso de uma carteira de financiamento sem parcelas de risco:
 - i) os fundos de mercado devem representar, pelo menos, 30 % da carteira de financiamento, classificada na mesma posição que outros fundos no que respeita à exposição ao risco, ou
 - ii) o intermediário financeiro comercial deve conservar, pelo menos, 20 % da exposição ao risco da carteira de financiamento, classificada na mesma posição que outros fundos no que respeita à exposição ao risco.
 - (b) No caso de uma carteira de financiamento com parcelas de risco:
 - i) uma parcela de risco que não exceda 25 % da carteira de financiamento pode ser integralmente coberta por outros fundos; e
 - ii) em cada uma das restantes parcelas de risco, os fundos de mercado devem representar, pelo menos, 30 %, classificados na mesma posição que outros fundos no que respeita à exposição ao risco e à remuneração.
3. O montante nominal do financiamento total concedido a cada beneficiário final pelo intermediário financeiro comercial não deve exceder [6] milhões de EUR, ou [10] milhões de EUR se os fundos de mercado representarem, pelo menos, 50 % de cada parcela da carteira de financiamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e diretamente aplicável nos Estados-Membros, em conformidade com os Tratados.

Feito em Bruxelas, em

Pela Comissão
O Presidente
Jean-Claude JUNCKER